



**CLIPPING INTERNET**  
**18/09/2019 ATÉ 18/09/2019**



# INDÍCE

---

1	CONVÊNIOS	
1.1	BLOG ATUAL 7.....	1
2	DECISÕES	
2.1	BLOG DANIEL MATOS.....	2
2.2	BLOG DIEGO EMIR.....	3
2.3	BLOG ENQUANTO ISSO NO MARANHÃO.....	4
2.4	BLOG GENIVALDO ABREU.....	5
2.5	BLOG GILBERTO LEDA.....	6
2.6	BLOG INFORMATIVO ACA.....	7
2.7	BLOG JHIVAGO SALES.....	8
2.8	BLOG JORGE ARAGÃO.....	9
2.9	BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	10
2.10	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	11
2.11	SITE JORNAL PEQUENO.....	12
3	DESEMBARGADOR	
3.1	BLOG GILBERTO LEDA.....	13
3.2	SITE CENTRAL DE NOTÍCIAS.....	14
3.3	SITE G1 MARANHÃO.....	15
3.4	SITE SUA CIDADE.....	16
4	INSTITUCIONAL	
4.1	BLOG DO LEITÃO .....	17
5	SERVIDOR PÚBLICO	
5.1	BLOG DO FOGUINHO.....	18
5.2	BLOG DO LEITÃO .....	19
5.3	BLOG DO MINARD.....	20
5.4	BLOG DO SABÁ.....	21
5.5	BLOG DOMINGOS COSTA.....	22
5.6	BLOG GILBERTO LEDA.....	23
5.7	BLOG ILHA REBELDE.....	24
5.8	BLOG ISAÍAS ROCHA.....	25
5.9	BLOG JORGE ARAGÃO.....	26 27
5.10	BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	28
5.11	BLOG MARAMAIS.....	29
5.12	BLOG PAULO ROBERTO.....	30
5.13	BLOG PÁGINA 2.....	31
5.14	BLOG VIANENSIDADES.....	32
5.15	BLOG ZECA SOARES.....	33 34 35
5.16	SITE G7 MARANHÃO.....	36
5.17	SITE IMIRANTE.COM.....	37
5.18	SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	38

## **Associação dos Criadores conquista apoios para a realização da Expoema 2019**

Exposição agropecuária deste ano terá como foco a produção de conhecimento, com inclusão social e geração de oportunidades de negócios

A ASCEM (Associação dos Criadores do Estado do Maranhão) realizará, no período de 20 a 27 de outubro, a 61ª edição da Expoema (Exposição Agropecuária do Estado do Maranhão). O evento tem recebido o apoio de diversas instituições e este ano terá como foco a produção de conhecimento, com inclusão social e geração de oportunidades de negócios.

“Além de ser a mais tradicional feira agropecuária do Maranhão, a Expoema tem a tradição de ser um evento da família maranhense, e queremos que seja também um espaço de produção de conhecimento, de inovação, de tecnologia e de inclusão social. É com esse foco que estamos buscando o apoio de diversas instituições e finalizando a montagem da programação que vamos apresentar à população até o final deste mês”, destaca o presidente da ASCEM, Ivaldeci Mendonça.

Além do Governo do Maranhão, Prefeitura de São Luís e Porto do Itaqui, a Associação dos Criadores conta também com o apoio da Câmara de São Luís, Assembleia Legislativa do Maranhão, Federação dos Municípios do Maranhão e do Tribunal de Justiça. Nos últimos dias, Ivaldeci Mendonça teve encontros com representantes dessas instituições para estabelecer parcerias para a realização da Expoema 2019.

“É uma feira que gera negócios, empregos e renda em São Luís. Incentivar a sua realização é uma ação importante que contribui para fomentar os setores da agricultura e da pecuária, impulsionando a economia da cidade e do Maranhão”, declarou o presidente da Câmara de São Luís, Osmar Filho, que recebeu Ivaldeci Mendonça com os vereadores Genival Alves e Paulo Victor.

Na Assembleia Legislativa, a ASCEM também recebeu o apoio do presidente da Casa, Othelino Neto, e dos deputados Neto Evangelista e Vinícius Louro. “Não podemos permitir que um evento tão importante para a agropecuária perca força em nosso estado”, declarou Vinícius Louro, após o encontro com representantes da Associação dos Criadores.

Da mesma forma, o presidente da Famem, Erlânio Xavier, destacou a importância da Expoema. “O evento investirá em inclusão, em formação técnica e capacitação profissional, além de desenvolver atividades abertas à comunidade. Conta, portanto, com nosso apoio”, declarou ele.

### Promoção

A comissão organizadora está finalizando a programação da Expoema 2019, que incluirá a realização de cursos, palestras, leilões, rodeios, atrações culturais e diversas outras atividades. A intenção dos organizadores é priorizar a produção de conhecimento - em parceria com instituições de ensino - e a prestação de serviços à

comunidade, com o apoio de instituições como o Tribunal de Justiça, que levará para o Parque Independência ações como a emissão de certidão de nascimento, conciliação e renegociação de dívidas.

Paralelamente, a comissão organizadora iniciou a comercialização de estandes para os interessados em expor seus produtos na Expoema 2019, e também está preparando o Parque Independência para receber o evento. O espaço está passando por diversos serviços em sua estrutura, para receber criadores, expositores e visitantes na exposição agropecuária que tradicionalmente recebe milhares de pessoas.

Uma equipe de 115 trabalhadores realiza serviços de pintura, capina, poda de árvores, reparação hidráulica, elétrica e sanitária, retelhamento e carpintaria em todo o Parque Independência. Está sendo revisada toda a estrutura de estábulos, currais, recinto de leilões, área de restaurante, espaço de montagem dos stands e área destinada às atrações culturais.

## **Juiz José Gonçalo de Sousa Filho comporá o TRE-MA até 2021**

Por Daniel Matos • quarta-feira, 18 de setembro de 2019 às 16:02

### O comentário

O juiz concorreu à vaga de membro titular – categoria juiz e foi eleito com 19 votos na Sessão Plenária Administrativa desta quarta-feira (18)

Juiz José Gonçalo (sentado) ao lado dos desembargadores Bayma Araújo e Lourival Serejo

O juiz concorreu à vaga de membro titular – categoria juiz e foi eleito com 19 votos na Sessão Plenária Administrativa desta quarta-feira (18).

O juiz titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, José Gonçalo de Sousa Filho, foi eleito para compor a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) como membro titular na categoria de juiz estadual. A votação ocorreu na Sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizada nesta quarta-feira (18).

“É a primeira vez que integrarei a Corte Eleitoral. Fico agradecido pela confiança dos desembargadores e pretendo somar com trabalho aos que já estão lá”, declarou o magistrado logo após eleito, com 19 votos. O juiz já autou como juiz-auxiliar da Presidência do TRE-MA.

A eleição para a vaga de membro titular na categoria juiz ocorreu com o encerramento do 1º biênio do juiz Itaércio Paulino da Silva, que se dará nesta quinta-feira, 19 de setembro. Concorreram ainda os juízes Luiz de Franca Belchior Silva (8 votos), Joseane de Jesus Corrêa Bezerra (1 voto), Antonio Luiz de Almeida Silva e Mário Márcio de Almeida Sousa.

### COMPOSIÇÃO

A Corte Eleitoral do Maranhão é composto por sete Membros (Constituição Federal, art. 120, §1º e Resolução TSE n.º 21.461/2003): dois Juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; dois Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça; um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região; dois Juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, por nomeação do Presidente da República, indicados pelo Tribunal de Justiça.

Fonte: Tribunal de Justiça do Maranhão

## **José Gonçalo é eleito juiz eleitoral do TRE do Maranhão para o próximo biênio 2019/2021**

O juiz da 3ª Vara Criminal, José Gonçalo, foi eleito nesta quarta-feira (18), o novo membro da corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Ele obteve 19 votos e ocupará o posto pelo próximo biênio 2019/2021.

José Gonçalo irá substituir o juiz Itaercio Paulino da Silva que termina seu mandato nesta quinta-feira (19). Ainda foram votados o juiz Belchior com 8 votos e Joseane Bezerra obteve um voto.

O novo membro da corte eleitoral é um dos mais renomados juízes do estado do Maranhão, inclusive cotado para assumir uma vaga de desembargador nos próximos anos, uma vez que já figurou duas vezes nas listas tríplices para composição do pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

José Gonçalo é natural de Pastos Bons, irmão dos prefeitos Hilton Gonçalo de Santa Rita e Iriane Gonçalo de Pastos Bons, assim como do suplente de deputado federal dr Antônio Elizabeth Gonçalo.

## **Assembleia Legislativa aprova projeto que reajusta salários dos servidores do TJMA**

Postado por blog do foguinho às 22:06

Com voto unânime dos deputados, o plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na sessão desta terça-feira (17), em primeiro e segundo turnos, o Projeto de Lei 018/2019, de autoria do Poder Judiciário, que reajusta em 2,94% os vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA).]

Encaminhado ao Poder Legislativo, por meio da Mensagem 01/2019, assinada pelo presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, o projeto altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constante do Anexo IV da Lei 8.715, de 19 de novembro de 2007, bem como dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário do Maranhão constantes dos Anexos I e II da Lei 8.727, de 7 de dezembro de 2007.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do projeto, a ser encaminhado à sanção governamental. “A aprovação é fruto de muito diálogo e entendimento entre os Poderes. Antes, o teor da matéria foi debatido várias vezes pelos deputados, Tribunal de Justiça e Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado, pois vivemos um momento de grandes limitações financeiras.”, afirmou Othelino Neto.

Ele acrescentou que foram realizadas várias rodadas de reunião e chegou a se reunir com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, para tratar dos últimos detalhes necessários à apreciação do projeto.

## **ALEMA! CCJ: Aprova Projeto Do Poder Judiciário Que Cria A Vara Especializada Em Conflitos Agrários**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sob a presidência do deputado Neto Evangelista (DEM), reuniu-se, na tarde desta terça-feira (17), na Sala das Comissões, para apreciar uma pauta contendo 45 itens, entre projetos de lei complementar, projeto de lei ordinária, projetos de resolução legislativa, moção e vetos parciais e totais do Poder Executivo. Participaram da reunião os deputados César Pires (PV), Antônio Pereira (DEM), Fernando Pessoa (Solidariedade), Rafael Leitoa (PDT) e Dr. Yglésio (PDT).

Dentre as proposições aprovadas, destacam-se o Projeto de Lei Complementar 008/19, de autoria do Poder Judiciário, que cria a Vara Especializada em Conflitos Agrários no Estado do Maranhão e o Projeto de Lei Ordinária 439/19, de autoria do Poder Executivo, que institui o subsídio de complementação ao Programa de Aquisição de Alimentos e Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite.

### **Vara Especializada em Conflitos Agrários**

“As estatísticas oficiais têm demonstrado necessidade e urgência na implantação da Vara Agrária, conforme dados recentes da Comissão Nacional da Pastoral da Terra (CPT), que acusam a ocorrência, no ano passado, de pelo menos 175 conflitos agrários acirrados denunciados, envolvendo 39 mil famílias, com a ocorrência de cinco assassinatos decorrentes de conflitos agrários”, justifica o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), José Joaquim Figueiredo dos Anjos, por meio da Mensagem que encaminha o referido projeto de lei complementar à Assembleia.

### **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite**

Segundo o presidente da CCJ, o projeto de lei do Poder Executivo, que acrescenta dispositivos à Lei 10.709, de 27 de outubro de 2017, garante o subsídio de R\$ 0,98 centavos ao litro de leite comercializado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, distribuído às famílias maranhenses inscritas no Cadastro Único. “Com essa medida, acreditamos que o Governo do Estado proporciona um estímulo aos produtores de leite do nosso estado na participação nesse importante programa social, uma vez que o valor de R\$ 1,12, pago pelo governo federal, era desestimulante”, salientou

### **Avaliação**

O relator do projeto do Poder Judiciário que cria a Vara Agrária, deputado Dr. Yglésio, destacou a importância da aprovação da matéria. “Sabemos que o Maranhão é um estado que conta com inúmeros conflitos agrários. A criação da Vara Agrária dará atenção especial a essa questão, no sentido de buscar solução para os conflitos de interesses pela posse da terra que envolvem milhares de famílias maranhenses”.

“Avaliamos uma pauta extensa de forma rápida, mas coerente com todos os itens constantes da pauta. A cada reunião da CCJ constatamos que há sempre uma evolução nas análises das proposições. Analisamos vetos governamentais, a maioria de forma parcial. Com alguns, concordamos, e com outros, discordamos. Estamos cumprindo o nosso papel enquanto legisladores dentro do que nos permite o processo legislativo. Tivemos, portanto, mais uma reunião muito produtiva”, declarou Neto Evangelista.



## Assembleia Legislativa Aprova Projeto Que Reajusta Salários Dos Servidores Do TJMA

Com voto unânime dos deputados, o plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na sessão desta terça-feira (17), em primeiro e segundo turnos, o Projeto de Lei 018/2019, de autoria do Poder Judiciário, que reajusta em 2,94% os vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMa).

Encaminhado ao Poder Legislativo, por meio da Mensagem 01/2019, assinada pelo presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, o projeto altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constante do Anexo IV da Lei 8.715, de 19 de novembro de 2007, bem como dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário do Maranhão constantes dos Anexos I e II da Lei 8.727, de 7 de dezembro de 2007.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do projeto, a ser encaminhado à sanção governamental. “A aprovação é fruto de muito diálogo e entendimento entre os Poderes. Antes, o teor da matéria foi debatido várias vezes pelos deputados, Tribunal de Justiça e Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado, pois vivemos um momento de grandes limitações financeiras.”, afirmou Othelino Neto.

Ele acrescentou que foram realizadas várias rodadas de reunião e chegou a se reunir com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, para tratar dos últimos detalhes necessários à apreciação do projeto.

Othelino fez questão de fazer o registro da dedicação do líder do Governo, deputado Rafael Leitoa (PDT), na discussão ampla da matéria. Ele esclareceu que, em um determinado momento, o deputado Rafael Leitoa apresentou uma emenda porque, de fato, havia dúvida quanto à disponibilidade orçamentária e financeira do TJ. Esclarecida a dúvida, o deputado Rafael Leitoa sugeriu ao Plenário a rejeição de sua emenda, para a aprovação do projeto de lei, na sua forma original.

“Portanto, foram muitas rodadas, até que nós pudéssemos chegar a esse entendimento. E essa é a forma realmente de conduzir a análise de projetos de lei oriundos de um outro Poder. No caso do Poder Judiciário, nosso objetivo sempre foi o de atender à solicitação do Poder Judiciário no que diz respeito ao reajuste dos seus servidores, mas precisava que nós fizéssemos isso com a devida segurança, em razão da sensibilidade do momento que vivemos”, afirmou o presidente da Assembleia Legislativa.

O deputado Adriano (PV) foi autor de requerimento com pedido de urgência para que o projeto fosse aprovado logo, em dois turnos, na sessão desta terça-feira. “Agradeço a aprovação do nosso requerimento de urgência, porque é importante assegurar esse ajuste salarial para todos aqueles guerreiros e guerreiras que trabalham no Tribunal de Justiça e que fazem do nosso estado um Maranhão melhor e mais justo”, discursou Adriano.

Emenda rejeitada

O líder do Governo, deputado Rafael Leitoa (PDT), declinou de uma emenda de sua autoria, que alterava o Artigo 5º do projeto de lei e retirava dos servidores o direito de receber os valores retroativos a 1º de dezembro de 2018, quando o reajuste deveria ter sido implementado.

Ele explicou que, devido às dúvidas suscitadas com relação à viabilidade financeira para cumprir o reajuste dos 2,94% com efeitos retroativos, o teor do PL 018/2019 foi encaminhado para a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan), para analisar a disponibilidade de recursos assegurados pelo TJMA para pagamento do reajuste com os devidos retroativos.

O deputado Rafael Leitoa disse que declinou de sua emenda ao projeto original do TJMA porque a Seplan fez análise técnica da viabilidade financeira do projeto para suprir o reajuste como originalmente proposto (com o

pagamento integral dos retroativos).

Segundo o deputado Rafael Leitoa, chegaram à Seplan as informações de que o Governo do Estado tem capacidade financeira para suportar o reajuste com vigência a partir de dezembro de 2018. Como já estava na Ordem do Dia, a emenda de Rafael Leitoa, colocada em votação, foi rejeitada pelo plenário.

Durante a apreciação da matéria, também proferiram discursos, defendendo a aprovação do projeto os deputados Wellington do Curso (PSDB), Pará Figueiredo (PSL), Glalbert Cutrim (PDT), Neto Evangelista (DEM), Dr. Yglésio (PDT), Zé Inácio (PT), Duarte Jr (PCdoB) e Daniella Tema (DEM).

## **Aprovado reajuste retroativo de servidores do TJ-MA**

Por Isaías Rocha Última atualização 17/09/2019, às 17:03

Um acordo permitiu hoje (17) a aprovação do Projeto de Lei nº 018/2019, que prevê o reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do Judiciário do Maranhão.

Após entendimentos entre o Palácio dos Leões e o Tribunal de Justiça, ficou acertado que a reposição será retroativa a janeiro deste ano.

Para isso, o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Rafael Leitoa (PDT), encaminhou para que o plenário rejeitasse uma emenda de sua autoria que vetaria a retroatividade.

Segundo ele, a Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) emitiu parecer confirmando que o TJ tem recebido repasses mensais suficientes para a implantação do reajuste com efeitos a partir do início do ano.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidades aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

## **Rafael Leitoa vota por aumento dos salários de servidores do TJMA**

Na manhã desta terça-feira (17), o deputado Rafael Leitoa participou da sessão que aprovou o Projeto de Lei 018/2019, cujo texto reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Maranhão em 2,94%. Aprovado por unanimidade, o aumento agora vai para sanção do governador.

Antes de votarem o PL 018/2019 no plenário da Assembleia Legislativa, uma emenda do deputado Rafael Leitoa, a 001/2019, foi rejeitada por unanimidade pelos deputados a pedido do próprio autor. Segundo o deputado Rafael, a emenda havia sido apresentada pela inconsistência das informações financeiras e impactos sobre o pagamento do retroativo, caso o aumento de 2,94% fosse aprovado. "A emenda foi necessária. A SEPLAN não teve a informação completa por parte do TJMA. Teríamos que ter a certeza dos recursos financeiros. Os recursos já estão em poder do TJMA. Então, peço rejeição da emenda para garantir o pagamento dos retroativos", indicou Rafael Leitoa antes da votação.

A rejeição da emenda indicada pelo deputado Rafael Leitoa, foi elogiada por vários deputados, inclusive da oposição. Wellington do Curso, comentou da coerência do deputado Rafael em analisar e votar pela rejeição da emenda. "O deputado Rafael traz calma e estabilidade para os anseios dos servidores do Poder Judiciário. Estávamos temerosos com relação a essa sua emenda que retirava a retroatividade. Mas com muita prudência, com muita cautela, Vossa Excelência aguardou os levantamentos por parte da SEPLAN para que pudesse fazer o seu posicionamento e solicitasse à base do Governo a votação. Hoje o que eu quero fazer é um elogio de público ao Deputado Rafael Leitoa, pelo empenho, pelo trabalho, pela forma como ele conduziu essa tratativa e os benefícios para os servidores do Judiciário", parabenizou o deputado Wellington.

## **Glabert destaca importância da aprovação da PL sobre os reajuste aos servidores do TJ**

Os deputados da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovaram de forma unânime, na sessão desta terça-feira (17), o Projeto de Lei de autoria do Poder Judiciário que concede reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Durante a votação, o primeiro vice-presidente, deputado Glabert Cutrim (PDT) destacou o empenho do líder do governo, deputado Rafael Leitoa, e do presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, além dos membros do Governo do Estado, que mantiveram diversas reuniões para chegar a aprovação.

Glabert Cutrim também lembrou da importância do reajuste para a valorização dos profissionais do Tribunal de Justiça.

“Esse Projeto de Lei que garante o reajuste a quase 6 mil servidores do judiciário, foi tratado nessa casa de forma bem madura, nós vimos o diálogo constante do líder do governo com o presidente do Tribunal de Justiça, e com os membros do governo Flávio Dino, que sempre se colocaram a disposição para eventuais dúvidas. E agora, nós temos a oportunidade de dar a Cesar o que é de Cesar, e ajudar essas famílias que serão beneficiadas. E eu tenho certeza que todos nós sairemos de cabeça erguida e com o dever cumprido, por ter feito nosso papel.”. Disse o deputado ao votar.

O reajuste será implantado com pagamento integral dos retroativos, conforme descrito no Projeto de Lei.

## **José Gonçalo Filho vence eleição para membro do TRE-MA**

O juiz titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, José Gonçalo de Sousa Filho, foi eleito nesta quarta-feira(18) para compor a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) como membro titular na categoria de juiz estadual. A votação ocorreu na Sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A escolha do novo membro da Corte Eleitoral decorre do fim do biênio do juiz Itaércio Paulino, anunciada na sessão de segunda-feira, 16, pelo presidente do TRE, desembargador Cleones Cunha. Gonçalo é irmão do prefeito de Santa Rita.

## **NOTÍCIA: Homem injustamente acusado e preso há 27 dias, acabou sendo absolvido sumariamente na Comarca de Rosário/MA. A Defensoria Pública atuou no presente caso.**

O Núcleo Regional da Defensoria Pública de Rosário/MA, recebeu recentemente a visita de duas pessoas, as quais resolveram de livre e espontânea vontade prestar declarações no sentido de que uma pessoa teria sido acusada e presa de maneira injusta. Segundo L.M.P., vítima de uma tentativa de homicídio, a pessoa que teria praticado o fato contra a sua vida estaria em liberdade, não se tratando do indivíduo processado e custodiado, identificado como V.R.A. Nesse mesmo sentido foi a declaração da genitora da vítima, a Sra. D. M.P., também colhida na Defensoria.

Com base nas informações recebidas, o Defensor Público Estadual Alex Pacheco Magalhães requereu imediatamente a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do assistido e a sua absolvição sumária. Contudo, o pedido defensorial acabou não sendo apreciado.

Posteriormente, designada audiência de instrução na Justiça, verificou-se exatamente que o indivíduo acusado e preso não seria o autor dos fatos contra a vítima, pois a mesma confirmou em Juízo exatamente o que já havia declarado anteriormente no órgão defensorial.

Diante das provas produzidas, a Defensoria Pública pugnou pela absolvição sumária do acusado da imputação de tentativa de homicídio, bem como pela revogação da sua prisão, pleito que foi acatado pela Justiça. O Defensor requereu ainda a extração de cópias do processo, a fim de serem adotadas todas as medidas de ordem administrativa e judicial em favor do assistido.

O Defensor Público Alex que atuou na defesa do acusado, destaca a ocorrência de uma série de erros cometidos por parte de agentes públicos do Estado. "Como reparar uma equivocada acusação e prisão ilegal? Como fica agora a situação do assistido? Como apagar as dores, as marcas e as sequelas causadas? Esse assistido teve a sorte de provar a sua inocência, pois a vítima felizmente ainda se encontra viva. E se fosse um homicídio consumado? Como provaríamos tal inocência? É muito grave que erros dessa natureza continuem ocorrendo e nada seja feito. É preciso que os abusos cometidos sejam devidamente responsabilizados", pontuou Magalhães.

Fonte: Núcleo Regional da Defensoria Pública de Rosário/MA

## **José Gonçalo Filho vence eleição para membro do TRE-MA**

O juiz titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, José Gonçalo de Sousa Filho, foi eleito hoje (18) para compor a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) como membro titular na categoria de juiz estadual. A votação ocorreu na Sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O Blog do Gilberto Léda já havia anunciado ontem (17) que ele seria o escolhido (reveja).

“É a primeira vez que integrarei a Corte Eleitoral. Fico agradecido pela confiança dos desembargadores e pretendo somar com trabalho aos que já estão lá”, declarou o magistrado logo após eleito, com 19 votos. O juiz já autou como juiz-auxiliar da Presidência do TRE-MA.

A eleição para a vaga de membro titular na categoria juiz ocorreu com o encerramento do 1º biênio do juiz Itaércio Paulino da Silva, que se dará amanhã (19). Concorreram ainda os juízes Luiz de Franca Belchior Silva (8 votos), Joseane de Jesus Corrêa Bezerra (1 voto), Antonio Luiz de Almeida Silva e Mário Márcio de Almeida Sousa.

Nova vaga

Com a eleição de Gonçalo, as atenções se voltam, agora, para um novo pleito. Dentro de dois meses será escolhido o substituto do juiz Júlio César Praseres.

Estão na briga os juízes Gladiston Cutrim - filho do conselheiro do TCE Edmar Cutrim e apoiado pelo desembargador Froz Sobrinho; Luiz de Franca Belchior Silva, que tem o apoio do desembargador Guerreiro Júnior; e Lavínia Coelho, candidata do desembargador Cleones Cunha.

O blog apurou que Gladiston e Lavínia são os favoritos.



## **Justiça concede liberdade a condenado pela morte de Laura Marão**

O desembargador Vicente de Castro, do Tribunal de Justiça do Maranhão, concedeu habeas corpus ao auxiliar administrativo Carlos Diego Araújo Almeida, 25, condenado a 11 anos e um mês de reclusão no dia 14 do mês passado, pela morte de Laura Burnett Marão e por lesão grave a Felipe Burnett Marão, ambos de 8 anos (relembre).

As crianças foram vítimas de um acidente de trânsito, ocorrido na madrugada do dia 26 de abril de 2015, na avenida Jerônimo de Albuquerque, no bairro do Bequimão.

O magistrado deferiu o pedido, formulado pela defesa do condenado, no último dia 17. Segundo o despacho, Carlos Diego Araújo deve comparecer a cada 30 dias ao Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para justificar suas atividades laborais; está proibido de manter contatos com as testemunhas do processo judicial; e ainda não pode de ausentar do estado por um período acima de 15 dias.

Com informações de O Estado.

## **Reajuste a servidores do TJ pressiona Flávio Dino por 21,7%**

Publicado em 18 de setembro de 2019 por gilbertoleda

O reajuste concedido ontem (17) aos servidores do Judiciário do Maranhão (saiba mais) deve deixar o governo Flávio Dino (PCdoB) em uma saia justa.

Isso porque outras categorias do serviço público já reclamam não ter reajuste.

Professores, policiais civis e demais servidores não têm percentuais a mais em seus vencimentos há anos.

Ao contrário, o comunista ainda lhes quer tirar 21,7% garantidos em ações judiciais.

O desembargador José de Ribamar Castro, do Tribunal de Justiça, relator da ação rescisória do governo contra o pagamento dessa diferença a servidores estaduais, incluiu o processo em pauta para julgamento na sexta-feira (relembre).

O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado do Maranhão (Sintsep) já convocou os trabalhadores para acompanhar o julgamento.

## Problemas à vista?

O reajuste concedido aos servidores do Poder Judiciário ontem, pelos deputados estaduais, poderá deixar o governo do Maranhão de saia justa.

Isso porque outras categorias do serviço público já reclamam que não têm reajuste salarial há quase quatro anos.

Professores, policiais civis e demais servidores não têm percentuais a mais em seus vencimentos e isso pode levar a paralisações para pressionar o governo a iniciar mesa de diálogo.

### Manobra

Vale lembrar que os deputados governistas até tentaram manobrar para que o reajuste aos servidores do Judiciário não se concretizasse.

Deputados da oposição, como Adriano Sarney (PV), vinham pedindo a votação da proposta.

Ontem, o parlamentar do PV decidiu apresentar um requerimento pedindo urgência na votação e acabou conseguindo levar para o plenário o projeto que concedeu o reajuste de 2,94% dos funcionários públicos.

### À espera de um milagre

Por enquanto, os servidores estão mesmo de olho no julgamento sobre a readequação salarial de 21,7% retirados - por força de liminar - dos trabalhadores.

Na sexta-feira, 20, o Tribunal de Justiça vai julgar o mérito e poderá voltar o percentual retirado de quem já havia conseguido na Justiça ou decidir que os servidores não têm direito à readequação.

O Sindsep já está convocando os funcionários públicos para que todos se concentrem em frente ao TJ para pressionar os desembargadores. Será que vai funcionar?

## **Justiça manda soltar policial militar Dauvane Sousa que cumpria pena por homicídio**

SÃO LUÍS - Graças a um habeas corpus expedido pela Justiça o policial militar Dauvane Sousa Silva vai ganhar a liberdade, ainda, hoje (17).

O policial lotado no 3º Batalhão da PM, em Imperatriz foi condenado pelo Tribunal do Juri Popular no dia 11 de junho deste ano e estava cumprindo pena de 16 anos e seis meses pelo homicídio do serralheiro Flávio da Conceição em 30 de agosto de 2012 no bairro da Caema, em Imperatriz.

Também sentou no banco dos réus para responder pelo mesmo crime o policial miliar Helenilson Pereira Borges, que foi absolvido pelo 4º Tribunal do Juri Popular do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís.

## **Aprovado reajuste retroativo de servidores do TJMA**

Um acordo permitiu hoje (17) a aprovação do Projeto de Lei nº 018/2019, que prevê o reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do Judiciário do Maranhão.

Após entendimentos entre o Palácio dos Leões e o Tribunal de Justiça, ficou acertado que a reposição será retroativa a janeiro deste ano.

Para isso, o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Rafael Leitoa (PDT), encaminhou para que o plenário rejeitasse uma emenda de sua autoria que vetaria a retroatividade.

Segundo ele, a Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) emitiu parecer confirmando que o TJ tem recebido repasses mensais suficientes para a implantação do reajuste com efeitos a partir do início do ano.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidades aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

## **Justiça concede habeas corpus ao soldado Dauvane da Polícia Militar do Maranhão**

Graças a um habeas corpus expedido pela Justiça o policial militar Dauvane Sousa Silva vai ganhar a liberdade, ainda, hoje (17).

O policial lotado no 3º Batalhão da PM, em Imperatriz foi condenado pelo Tribunal do Juri Popular no dia 11 de junho deste ano e estava cumprindo pena de 16 anos e seis meses pelo homicídio do serralheiro Flávio da Conceição em 30 de agosto de 2012 no bairro da Caema, em Imperatriz.

Também sentou no banco dos réus para responder pelo mesmo crime o policial militar Helenilson Pereira Borges, que foi absolvido pelo 4º Tribunal do Juri Popular do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís.

## **José Gonçalo Filho é o novo membro titular do TRE-MA**

O juiz titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, José Gonçalo de Sousa Filho, foi eleito para compor a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) como membro titular na categoria de juiz estadual. A votação ocorreu na Sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizada nesta quarta-feira (18).

“É a primeira vez que integrarei a Corte Eleitoral. Fico agradecido pela confiança dos desembargadores e pretendo somar com trabalho aos que já estão lá”, declarou o magistrado logo após eleito, com 19 votos. O juiz já autou como juiz-auxiliar da Presidência do TRE-MA.

A eleição para a vaga de membro titular na categoria juiz ocorreu com o encerramento do 1º biênio do juiz Itaércio Paulino da Silva, que se dará nesta quinta-feira, 19 de setembro. Concorreram ainda os juízes Luiz de Franca Belchior Silva (8 votos), Joseane de Jesus Corrêa Bezerra (1 voto), Antonio Luiz de Almeida Silva e Mário Márcio de Almeida Sousa.

### COMPOSIÇÃO

A Corte Eleitoral do Maranhão é composto por sete Membros (Constituição Federal, art. 120, §1º e Resolução TSE n.º 21.461/2003): dois Juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; dois Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça; um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região; dois Juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, por nomeação do Presidente da República, indicados pelo Tribunal de Justiça.

## **Glalbert comemora aprovação do reajuste dos servidores do Judiciário**

Os deputados da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovaram de forma unânime, na sessão desta terça-feira (17), o Projeto de Lei de autoria do Poder Judiciário que concede reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Durante a votação, o primeiro vice-presidente, deputado Glalbert Cutrim (PDT) destacou o empenho do líder do governo, deputado Rafael Leitoa, e do presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, além dos membros do Governo do Estado, que mantiveram diversas reuniões para chegar a aprovação.

Glalbert Cutrim também lembrou da importância do reajuste para a valorização dos profissionais do Tribunal de Justiça.

“Esse Projeto de Lei que garante o reajuste a quase 6 mil servidores do judiciário, foi tratado nessa casa de forma bem madura, nós vimos o diálogo constante do líder do governo com o presidente do Tribunal de Justiça, e com os membros do governo Flávio Dino, que sempre se colocaram a disposição para eventuais dúvidas. E agora, nós temos a oportunidade de dar a Cesar o que é de Cesar, e ajudar essas famílias que serão beneficiadas. E eu tenho certeza que todos nós sairemos de cabeça erguida e com o dever cumprido, por ter feito nosso papel”, destacou Glalbert.

O reajuste será implantado com pagamento integral dos retroativos, conforme descrito no Projeto de Lei.

VÍDEO EM <https://youtu.be/ZA3Hez3GBbo>



## Problemas à vista ???

por Jorge Aragão

18 set 2019

O reajuste concedido aos servidores do Poder Judiciário ontem, pelos deputados estaduais, poderá deixar o governo do Maranhão de saia justa.

Isso porque outras categorias do serviço público já reclamam que não têm reajuste salarial há quase quatro anos.

Professores, policiais civis e demais servidores não têm percentuais a mais em seus vencimentos e isso pode levar a paralisações para pressionar o governo a iniciar mesa de diálogo.

Manobra - Vale lembrar que os deputados governistas até tentaram manobrar para que o reajuste aos servidores do Judiciário não se concretizasse.

Deputados da oposição, como Adriano Sarney (PV), vinham pedindo a votação da proposta.

Ontem, o parlamentar do PV decidiu apresentar um requerimento pedindo urgência na votação e acabou conseguindo levar para o plenário o projeto que concedeu o reajuste de 2,94% dos funcionários públicos.

À espera de um milagre - Por enquanto, os servidores estão mesmo de olho no julgamento sobre a readequação salarial de 21,7% retirados - por força de liminar - dos trabalhadores.

Na sexta-feira, 20, o Tribunal de Justiça vai julgar o mérito e poderá voltar o percentual retirado de quem já havia conseguido na Justiça ou decidir que os servidores não têm direito à readequação.

O Sindsep já está convocando os funcionários públicos para que todos se concentrem em frente ao TJ para pressionar os desembargadores. Será que vai funcionar?

Estado Maior

## **José Gonçalo é eleito juiz do TRE-MA até 2021**

O juiz concorreu à vaga de membro titular - categoria juiz e foi eleito com 19 votos na Sessão Plenária Administrativa desta quarta-feira (18)

O juiz titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, José Gonçalo de Sousa Filho, foi eleito para compor a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) como membro titular na categoria de juiz estadual. A votação ocorreu na Sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizada nesta quarta-feira (18).

"É a primeira vez que integrarei a Corte Eleitoral. Fico agradecido pela confiança dos desembargadores e pretendo somar com trabalho aos que já estão lá", declarou o magistrado logo após eleito, com 19 votos. O juiz já autou como juiz-auxiliar da Presidência do TRE-MA.

A eleição para a vaga de membro titular na categoria juiz ocorreu com o encerramento do 1º biênio do juiz Itaércio Paulino da Silva, que se dará nesta quinta-feira, 19 de setembro. Concorreram ainda os juízes Luiz de Franca Belchior Silva (8 votos), Joseane de Jesus Corrêa Bezerra (1 voto), Antonio Luiz de Almeida Silva e Mário Márcio de Almeida Sousa.

### **COMPOSIÇÃO**

A Corte Eleitoral do Maranhão é composto por sete Membros (Constituição Federal, art. 120, §1º e Resolução TSE n.º 21.461/2003): dois Juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; dois Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça; um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região; dois Juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, por nomeação do Presidente da República, indicados pelo Tribunal de Justiça.

## **Deputado Rafael Leitoa vota por aumento dos salários de servidores do TJMA**

Na manhã desta terça-feira (17), o deputado Rafael Leitoa participou da sessão que aprovou o Projeto de Lei 018/2019, cujo texto reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Maranhão em 2,94%. Aprovado por unanimidade, o aumento agora vai para sanção do governador.

Antes de votarem o PL 018/2019 no plenário da Assembleia Legislativa, uma emenda do deputado Rafael Leitoa, a 001/2019, foi rejeitada por unanimidade pelos deputados a pedido do próprio autor. Segundo o deputado Rafael, a emenda havia sido apresentada pela inconsistência das informações financeiras e impactos sobre o pagamento do retroativo, caso o aumento de 2,94% fosse aprovado. "A emenda foi necessária. A SEPLAN não teve a informação completa por parte do TJMA. Teríamos que ter a certeza dos recursos financeiros. Os recursos já estão em poder do TJMA. Então, peço rejeição da emenda para garantir o pagamento dos retroativos", indicou Rafael Leitoa antes da votação.

A rejeição da emenda indicada pelo deputado Rafael Leitoa, foi elogiada por vários deputados, inclusive da oposição. Wellington do Curso, comentou da coerência do deputado Rafael em analisar e votar pela rejeição da emenda. "O deputado Rafael traz calma e estabilidade para os anseios dos servidores do Poder Judiciário. Estávamos temerosos com relação a essa sua emenda que retirava a retroatividade. Mas com muita prudência, com muita cautela, Vossa Excelência aguardou os levantamentos por parte da SEPLAN para que pudesse fazer o seu posicionamento e solicitasse à base do Governo a votação. Hoje o que eu quero fazer é um elogio de público ao Deputado Rafael Leitoa, pelo empenho, pelo trabalho, pela forma como ele conduziu essa tratativa e os benefícios para os servidores do Judiciário", parabenizou o deputado Wellington.

## **Glabert Cutrim destaca importância da aprovação da PL que concede reajuste aos servidores do TJ**

Os deputados da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovaram de forma unânime, na sessão desta terça-feira (17), o Projeto de Lei de autoria do Poder Judiciário que concede reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Durante a votação, o deputado Glabert Cutrim destacou o empenho do líder do governo, deputado Rafael Leitoa, e do presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, além dos membros do Governo do Estado, que mantiveram diversas reuniões para chegar a aprovação.

Glabert Cutrim também lembrou da importância do reajuste para a valorização dos profissionais do Tribunal de Justiça.

“Esse Projeto de Lei que garante o reajuste a quase 6 mil servidores do judiciário, foi tratado nessa casa de forma bem madura, nós vimos o diálogo constante do líder do governo com o presidente do Tribunal de Justiça, e com os membros do governo Flávio Dino, que sempre se colocaram a disposição para eventuais dúvidas. E agora, nós temos a oportunidade de dar a Cesar o que é de Cesar, e ajudar essas famílias que serão beneficiadas. E eu tenho certeza que todos nós sairemos de cabeça erguida e com o dever cumprido, por ter feito nosso papel.”. Disse o deputado ao votar.

O reajuste será implantado com pagamento integral dos retroativos, conforme descrito no Projeto de Lei.

## **Rafael Leitoa vota por aumento dos salários de servidores do TJMA**

O deputado Rafael Leitoa (PDT) participou da sessão que aprovou o Projeto de Lei 018/2019, cujo texto reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Maranhão em 2,94%. Aprovado por unanimidade, o projeto vai à sanção governamental.

Antes da votação do PL no Plenário, uma emenda do deputado Rafael Leitoa (de número 001/2019) foi rejeitada por unanimidade pelos deputados a pedido do próprio autor. Segundo o deputado, a emenda havia sido apresentada pela inconsistência das informações financeiras e impactos sobre o pagamento do retroativo, caso o aumento de 2,94% fosse aprovado.

“A emenda foi necessária. A Secretaria de Planejamento (Seplan) não teve a informação completa por parte do TJMA. Teríamos de ter a certeza dos recursos financeiros. Os recursos já estão em poder do TJMA. Então, peço rejeição da emenda para garantir o pagamento dos retroativos”, indicou Rafael Leitoa, antes da votação.

A rejeição da emenda indicada pelo deputado foi elogiada por vários parlamentares, inclusive da oposição. Wellington do Curso (PSDB) teceu um comentário sobre a coerência de Rafael Leitoa em analisar e votar pela rejeição da emenda.

“O deputado Rafael Leitoa traz calma e estabilidade para os anseios dos servidores do Poder Judiciário. Estávamos temerosos com relação a essa emenda, que retirava a retroatividade. Mas com muita prudência e cautela, Vossa Excelência aguardou os levantamentos por parte da Seplan para que pudesse fazer o seu posicionamento e solicitasse à base do governo a votação. Hoje, o que eu quero fazer é um elogio de público ao deputado Rafael Leitoa, pelo empenho, trabalho e pela forma como ele conduziu essa tratativa e os benefícios para os servidores do Judiciário”, parabenizou o deputado Wellington.

## **Assembleia Legislativa aprova projeto que reajusta salários dos servidores do TJMA**

Com voto unânime dos deputados, o plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na sessão desta terça-feira (17), em primeiro e segundo turnos, o Projeto de Lei 018/2019, de autoria do Poder Judiciário, que reajusta em 2,94% os vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA).

Encaminhado ao Poder Legislativo, por meio da Mensagem 01/2019, assinada pelo presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, o projeto altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constante do Anexo IV da Lei 8.715, de 19 de novembro de 2007, bem como dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário do Maranhão constantes dos Anexos I e II da Lei 8.727, de 7 de dezembro de 2007.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do projeto, a ser encaminhado à sanção governamental. “A aprovação é fruto de muito diálogo e entendimento entre os Poderes. Antes, o teor da matéria foi debatido várias vezes pelos deputados, Tribunal de Justiça e Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado, pois vivemos um momento de grandes limitações financeiras.”, afirmou Othelino Neto.

Ele acrescentou que foram realizadas várias rodadas de reunião e chegou a se reunir com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, para tratar dos últimos detalhes necessários à apreciação do projeto.

Othelino fez questão de fazer o registro da dedicação do líder do Governo, deputado Rafael Leitoa (PDT), na discussão ampla da matéria. Ele esclareceu que, em um determinado momento, o deputado Rafael Leitoa apresentou uma emenda porque, de fato, havia dúvida quanto à disponibilidade orçamentária e financeira do TJ. Esclarecida a dúvida, o deputado Rafael Leitoa sugeriu ao Plenário a rejeição de sua emenda, para a aprovação do projeto de lei, na sua forma original.

“Portanto, foram muitas rodadas, até que nós pudéssemos chegar a esse entendimento. E essa é a forma realmente de conduzir a análise de projetos de lei oriundos de um outro Poder. No caso do Poder Judiciário, nosso objetivo sempre foi o de atender à solicitação do Poder Judiciário no que diz respeito ao reajuste dos seus servidores, mas precisava que nós fizéssemos isso com a devida segurança, em razão da sensibilidade do momento que vivemos”, afirmou o presidente da Assembleia Legislativa.

O deputado Adriano (PV) foi autor de requerimento com pedido de urgência para que o projeto fosse aprovado logo, em dois turnos, na sessão desta terça-feira. “Agradeço a aprovação do nosso requerimento de urgência, porque é importante assegurar esse ajuste salarial para todos aqueles guerreiros e guerreiras que trabalham no Tribunal de Justiça e que fazem do nosso estado um Maranhão melhor e mais justo”, discursou Adriano.

## Emenda rejeitada

O líder do Governo, deputado Rafael Leitoa (PDT), declinou de uma emenda de sua autoria, que alterava o Artigo 5º do projeto de lei e retirava dos servidores o direito de receber os valores retroativos a 1º de dezembro de 2018, quando o reajuste deveria ter sido implementado.

Ele explicou que, devido às dúvidas suscitadas com relação à viabilidade financeira para cumprir o reajuste dos 2,94% com efeitos retroativos, o teor do PL 018/2019 foi encaminhado para a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan), para analisar a disponibilidade de recursos assegurados pelo TJMA para pagamento do reajuste com os devidos retroativos.

O deputado Rafael Leitoa disse que declinou de sua emenda ao projeto original do TJMA porque a Seplan fez análise técnica da viabilidade financeira do projeto para suprir o reajuste como originalmente proposto (com o pagamento integral dos retroativos).

Segundo o deputado Rafael Leitoa, chegaram à Seplan as informações de que o Governo do Estado tem capacidade financeira para suportar o reajuste com vigência a partir de dezembro de 2018. Como já estava na Ordem do Dia, a emenda de Rafael Leitoa, colocada em votação, foi rejeitada pelo plenário.

Durante a apreciação da matéria, também proferiram discursos, defendendo a aprovação do projeto os deputados Wellington do Curso (PSDB), Pará Figueiredo (PSL), Glalbert Cutrim (PDT), Neto Evangelista (DEM), Dr. Yglésio (PDT), Zé Inácio (PT), Duarte Jr (PCdoB) e Daniella Tema (DEM).

## **Aprovado reajuste retroativo de servidores do TJMA**

17/09/2019 admin Brasil, Governo do Maranhão, Maranhão, Mundo, Política

Um acordo permitiu hoje (17) a aprovação do Projeto de Lei nº 018/2019, que prevê o reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do Judiciário do Maranhão.

Após entendimentos entre o Palácio dos Leões e o Tribunal de Justiça, ficou acertado que a reposição será retroativa a janeiro deste ano.

Para isso, o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Rafael Leitoa (PDT), encaminhou para que o plenário rejeitasse uma emenda de sua autoria que vetaria a retroatividade.

Segundo ele, a Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) emitiu parecer confirmando que o TJ tem recebido repasses mensais suficientes para a implantação do reajuste com efeitos a partir do início do ano.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidades aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

(Via Blog do Gilberto Lèda)



## **Glabert Cutrim destaca aprovação de reajuste do TJ**

Os deputados da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovaram de forma unânime, na sessão desta terça-feira (17), o Projeto de Lei de autoria do Poder Judiciário que concede reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão. [Clique aqui e veja o vídeo.](#)

Durante a votação, o primeiro vice-presidente, deputado Glabert Cutrim (PDT) destacou o empenho do líder do governo, deputado Rafael Leitoa, e do presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, além dos membros do Governo do Estado, que mantiveram diversas reuniões para chegar a aprovação.

Glabert Cutrim também lembrou da importância do reajuste para a valorização dos profissionais do Tribunal de Justiça.

“Esse Projeto de Lei que garante o reajuste a quase 6 mil servidores do judiciário, foi tratado nessa casa de forma bem madura, nós vimos o diálogo constante do líder do governo com o presidente do Tribunal de Justiça, e com os membros do governo Flávio Dino, que sempre se colocaram a disposição para eventuais dúvidas. E agora, nós temos a oportunidade de dar a Cesar o que é de Cesar, e ajudar essas famílias que serão beneficiadas. E eu tenho certeza que todos nós sairemos de cabeça erguida e com o dever cumprido, por ter feito nosso papel.”. Disse o deputado ao votar.

O reajuste será implantado com pagamento integral dos retroativos, conforme descrito no Projeto de Lei.

## **Requerimento de Adriano garante reajuste do TJ**

Foi aprovado nesta terça-feira (17), na Assembleia Legislativa do Maranhão, o projeto de Lei 18/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que reajusta os vencimentos dos servidores do judiciário em 2,94%.

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) foi peça fundamental na aprovação do reajuste. Em maio, o parlamentar protocolou um requerimento de urgência solicitando a discussão e votação do projeto de Lei.

De acordo com Adriano, o ideal seria que os servidores tivessem os reajustes de 5,67% de 2015, de 6,29% de 2016 e 3,9% de 2017 aprovados também, no entanto, a correção salarial já caracteriza um avanço.

“Continuaremos trabalhando para conseguir que os reajustes retroativos sejam aprovados e as perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos sejam compensadas”, afirmou o líder de oposição.

Foto: JR Lisboa / Agência Assembleia



## Problemas à vista?

Por Zeca Soares • quarta-feira, 18 de setembro de 2019

O reajuste concedido aos servidores do Poder Judiciário ontem, pelos deputados estaduais, poderá deixar o governo do Maranhão de saia justa.

Isso porque outras categorias do serviço público já reclamam que não têm reajuste salarial há quase quatro anos.

Professores, policiais civis e demais servidores não têm percentuais a mais em seus vencimentos e isso pode levar a paralisações para pressionar o governo a iniciar mesa de diálogo.

Manobra

Vale lembrar que os deputados governistas até tentaram manobrar para que o reajuste aos servidores do Judiciário não se concretizasse.

Deputados da oposição, como Adriano Sarney (PV), vinham pedindo a votação da proposta.

Ontem, o parlamentar do PV decidiu apresentar um requerimento pedindo urgência na votação e acabou conseguindo levar para o plenário o projeto que concedeu o reajuste de 2,94% dos funcionários públicos.

À espera de um milagre

Por enquanto, os servidores estão mesmo de olho no julgamento sobre a readequação salarial de 21,7% retirados - por força de liminar - dos trabalhadores.

Na sexta-feira, 20, o Tribunal de Justiça vai julgar o mérito e poderá voltar o percentual retirado de quem já havia conseguido na Justiça ou decidir que os servidores não têm direito à readequação.

O Sindsep já está convocando os funcionários públicos para que todos se concentrem em frente ao TJ para pressionar os desembargadores. Será que vai funcionar?

Estado Maior

## **Justiça concede liberdade a acusado da morte de Laura Brunett**

O pedido de habeas corpus foi impetrado pela defesa do acusado no Tribunal de Justiça.

O Poder Judiciário concedeu habeas corpus para o auxiliar administrativo Carlos Diego Araújo Almeida, de 25 anos, que havia sido condenado a 11 anos e um mês de reclusão, no dia 14 do mês passado, pela morte de Laura Burnett Marão e por lesão grave a Felipe Burnett Marão, ambos de 8 anos. As crianças foram vítimas de um acidente de trânsito, ocorrido na madrugada do dia 26 de abril de 2015, na avenida Jerônimo de Albuquerque, no bairro Bequimão.

O pedido de habeas corpus foi impetrado pela defesa do acusado no Tribunal de Justiça. O desembargador Vicente de Castro acabou deferindo a solicitação, no último dia 17, mas Carlos Diego Araújo deve comparecer a cada 30 dias ao Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para justificar suas atividades laborais, proibido de manter contatos com as testemunhas do processo judicial como ainda não pode se ausentar do estado por um período acima de 15 dias.

### Denúncia

Segundo a denúncia do Ministério Público, na madrugada do dia 26 de abril de 2015, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Bequimão, Carlos Diego Araújo conduzindo uma caminhonete Triton, no sentido elevado da Cohama-Cohab, em alta velocidade, colidiu o seu carro com três veículo que se encontravam parados, já que o sinal de trânsito estava fechado.

A caminhonete dirigida pelo denunciado chocou-se contra um veículo Classic, um Sandeiro, no qual estavam as vítimas, e por último um Fox, Laura Burnett ficou gravemente ferida e foi levada para um hospital particular na capital, mas morreu quatro dias depois. Já o irmão dela sofreu lesões e a outra criança que estava no carro nada sofreu.

## **Condenado pela morte de Laura Marão é beneficiado com habeas corpus**

Carlos Diego Araújo Almeida foi condenado pela morte de criança em colisão de trânsito em 2015. A Justiça havia determinado inicialmente o cumprimento da pena em regime fechado.

O auxiliar administrativo Carlos Diego Araújo Almeida foi beneficiado por um habeas corpus da Justiça do Maranhão mediante decisão do desembargador Vicente de Castro. Ele foi condenado, em julgamento na última semana, a 11 anos e um mês de prisão pela morte de Laura Burnett Marão e lesão grave de Felipe Burnett Marão, em uma colisão de trânsito em 26 de abril de 2015, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, em São Luís. As vítimas tinham oito anos à época.

De acordo com a decisão da Justiça, Carlos Diego deve comparecer ao Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, em um intervalo de 30 dias, e não pode sair do estado por mais de 15 dias. Para ele manter o benefício do habeas corpus, não pode também manter contato com testemunhas ligadas ao caso.

Em trecho da decisão, o desembargador diz que "por ser primário, possuir bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, ele ostenta condições pessoais favoráveis à sua soltura". Assim, ele pode recorrer em liberdade.

Carlos Diego foi condenado na última quarta-feira (14) em julgamento na 4ª Vara do Tribunal do Júri, em São Luís. Na sentença, a Justiça havia decidido que a pena de 11 anos e um mês deveria ser cumprida inicialmente em regime fechado, portanto sem a possibilidade de recorrer da sentença em liberdade.

### **Crimes**

Laura Burnett Marão sofreu traumatismo craniano após o veículo conduzido por Carlos Diego Araújo Almeida bater, em alta velocidade, na traseira do carro onde ela estava com dois irmãos e o pai, na madrugada do dia 26 de abril de 2015, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Bequimão, em São Luís.

Carlos Diego colidiu seu veículos com três carros que estavam parados na via por conta do sinal vermelho.

À época, o Carlos Diego foi encaminhado ao Plantão Central do Cohatrac, onde foi autuado em flagrante, pagou fiança de R\$ 800 e foi liberado. A criança ficou quatro dias internada em um hospital particular da capital, mas não resistiu e morreu na manhã do dia 30 de abril de 2015.

## Nova lei garante reajuste aos servidores do TJMA

Assembleia Legislativa aprova projeto que reajusta salários dos servidores do TJMA

Com voto unânime dos deputados, o plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na sessão desta terça-feira (17), em primeiro e segundo turnos, o Projeto de Lei 018/2019, de autoria do Poder Judiciário, que reajusta em 2,94% os vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA).

Encaminhado ao Poder Legislativo, por meio da Mensagem 01/2019, assinada pelo presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, o projeto altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constante do Anexo IV da Lei 8.715, de 19 de novembro de 2007, bem como dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário do Maranhão constantes dos Anexos I e II da Lei 8.727, de 7 de dezembro de 2007.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do projeto, a ser encaminhado à sanção governamental. “A aprovação é fruto de muito diálogo e entendimento entre os Poderes. Antes, o teor da matéria foi debatido várias vezes pelos deputados, Tribunal de Justiça e Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado, pois vivemos um momento de grandes limitações financeiras.”, afirmou Othelino Neto.

Ele acrescentou que foram realizadas várias rodadas de reunião e chegou a se reunir com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, para tratar dos últimos detalhes necessários à apreciação do projeto.

Othelino fez questão de fazer o registro da dedicação do líder do Governo, deputado Rafael Leitoa (PDT), na discussão ampla da matéria. Ele esclareceu que, em um determinado momento, o deputado Rafael Leitoa apresentou uma emenda porque, de fato, havia dúvida quanto à disponibilidade orçamentária e financeira do TJ. Esclarecida a dúvida, o deputado Rafael Leitoa sugeriu ao Plenário a rejeição de sua emenda, para a aprovação do projeto de lei, na sua forma original.

“Portanto, foram muitas rodadas, até que nós pudéssemos chegar a esse entendimento. E essa é a forma realmente de conduzir a análise de projetos de lei oriundos de um outro Poder. No caso do Poder Judiciário, nosso objetivo sempre foi o de atender à solicitação do Poder Judiciário no que diz respeito ao reajuste dos seus servidores, mas precisava que nós fizéssemos isso com a devida segurança, em razão da sensibilidade do momento que vivemos”, afirmou o presidente da Assembleia Legislativa.

O deputado Adriano (PV) foi autor de requerimento com pedido de urgência para que o projeto fosse aprovado logo, em dois turnos, na sessão desta terça-feira. “Agradeço a aprovação do nosso requerimento de urgência, porque é importante assegurar esse ajuste salarial para todos aqueles guerreiros e guerreiras que trabalham no Tribunal de Justiça e que fazem do nosso estado um Maranhão melhor e mais justo”, discursou Adriano.

Emenda rejeitada

O líder do Governo, deputado Rafael Leitoa (PDT), declinou de uma emenda de sua autoria, que alterava o Artigo 5º do projeto de lei e retirava dos servidores o direito de receber os valores retroativos a 1º de dezembro de 2018, quando o reajuste deveria ter sido implementado.

Ele explicou que, devido às dúvidas suscitadas com relação à viabilidade financeira para cumprir o reajuste dos 2,94% com efeitos retroativos, o teor do PL 018/2019 foi encaminhado para a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan), para analisar a disponibilidade de recursos assegurados pelo TJMA para pagamento do reajuste com os devidos retroativos.

O deputado Rafael Leitoa disse que declinou de sua emenda ao projeto original do TJMA porque a Seplan fez análise técnica da viabilidade financeira do projeto para suprir o reajuste como originalmente proposto (com o pagamento integral dos retroativos).

Segundo o deputado Rafael Leitoa, chegaram à Seplan as informações de que o Governo do Estado tem capacidade financeira para suportar o reajuste com vigência a partir de dezembro de 2018. Como já estava na Ordem do Dia, a emenda de Rafael Leitoa, colocada em votação, foi rejeitada pelo plenário.

Durante a apreciação da matéria, também proferiram discursos, defendendo a aprovação do projeto os deputados Wellington do Curso (PSDB), Pará Figueiredo (PSL), Glalbert Cutrim (PDT), Neto Evangelista (DEM), Dr. Yglésio (PDT), Zé Inácio (PT), Duarte Jr (PCdoB) e Daniella Tema (DEM).



## **Requerimento do deputado Adriano garante aprovação de reajuste salarial dos servidores do TJ-MA**

Em maio, o parlamentar protocolou um requerimento de urgência solicitando a discussão e votação do projeto de Lei.

IMIRANTE.COM, COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA

18/09/2019 às 09h59

Requerimento do deputado Adriano garante aprovação de reajuste salarial dos servidores do TJ-MA

SÃO LUÍS - Foi aprovado nesta terça-feira (17), na Assembleia Legislativa do Maranhão, o projeto de Lei 18/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que reajusta os vencimentos dos servidores do judiciário em 2,94%.

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) foi peça fundamental na aprovação do reajuste. Em maio, o parlamentar protocolou um requerimento de urgência solicitando a discussão e votação do projeto de Lei.

De acordo com Adriano, o ideal seria que os servidores tivessem os reajustes de 5,67% de 2015, de 6,29% de 2016 e 3,9% de 2017 aprovados também, no entanto, a correção salarial já caracteriza um avanço.

“Continuaremos trabalhando para conseguir que os reajustes retroativos sejam aprovados e as perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos sejam compensadas”, afirmou o líder de oposição.

## Justiça concede liberdade ao acusado da morte de Laura Burnett

Carlos Diego foi condenado a mais de 11 anos pela morte da criança como também por lesão grave a Felipe Maranhão

18/09/2019 às 09h48

Carlos Diego Araújo havia sido condenado a 11 anos e um mês de reclusão pela morte de Laura Burnett. (Divulgação)

O Poder Judiciário concedeu habeas corpus para o auxiliar administrativo Carlos Diego Araújo Almeida, de 25 anos, que havia sido condenado a 11 anos e um mês de reclusão, no dia 14 do mês passado, pela morte de Laura Burnett Maranhão e por lesão grave a Felipe Burnett Maranhão, ambos de 8 anos. As crianças foram vítimas de um acidente de trânsito, ocorrido na madrugada do dia 26 de abril de 2015, na avenida Jerônimo de Albuquerque, no bairro do Bequimão.

O pedido de habeas corpus foi impetrado pela defesa do acusado no Tribunal de Justiça. O desembargador Vicente de Castro acabou deferido a solicitação, no último dia 17, mas, Carlos Diego Araújo deve comparecer a cada 30 dias ao Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para justificar suas atividades laborais, proibido de manter contatos com as testemunhas do processo judicial como ainda não pode de ausentar do estado por um período acima de 15 dias.

### Denúncia

Segundo a denúncia do Ministério Público, na madrugada do dia 26 de abril de 2015, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Bequimão, nas proximidades do supermercado Atacadão Nordeste, Carlos Diego Araújo Almeida conduzindo uma caminhonete MMC/L-200, Triton, no sentido elevado da Cohama-Cohab, em alta velocidade, colidiu o seu carro com três veículos que se encontravam parados, já que sinal de trânsito está fechado.

A caminhonete dirigida pelo denunciado chocou-se contra um veículo Classic, um Sandeiro, no qual estavam às vítimas, e por último um Fox. Laura Burnett ficou gravemente ferida e foi levada para um hospital particular na capital, mas morreu quatro dias depois. Já o irmão dela sofreu lesões e a outra criança que estava no carro nada sofreu.

## **Condenado por matar a criança Laura Burnett em São Luís é libertado pela Justiça**

Carlos Diego Araújo Almeida foi condenado a 11 anos e um mês de prisão

A Justiça concedeu habeas corpus a Carlos Diego Araújo Almeida, de 25 anos, condenado a 11 anos e um mês de prisão pela morte da menina Laura Burnett. O acidente de trânsito que vitimou a menina ocorreu em 26 de abril de 2015 e o julgamento foi realizado no dia 14 de agosto.

O desembargador Vicente de Castro acatou o pedido da defesa do condenado nessa terça-feira (17). Para não perder o benefício, Carlos Diego deverá comparecer a cada 30 dias ao Forum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para justificar suas atividades laborais e está proibido de manter contato com as testemunhas do processo. Ele também está proibido de se ausentar do estado por um período superior a 15 dias.

## **Assembleia aprova reajuste salarial de servidores do Poder Judiciário**

O reajuste dos salários tem como efeito retroativo a referência o mês de janeiro deste ano.

Nesta terça-feira, 16, a Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou o Projeto de Lei 018/2019 que concede um reajuste de 2,94% nos salários dos servidores efetivos e também comissionados.

Segundo o projeto que agora será encaminhado para sanção do governador Flávio Dino (PCdoB), o reajuste dos salários tem como efeito retroativo a referência o mês de janeiro deste ano.

De acordo com o presidente do TJ-MA, o desembargador Joaquim Figueiredo o reajuste é de suma importância para o Poder Judiciário, já que trará benefícios diretos para os servidores, além de contribuir com a valorização dos funcionários da Justiça do Estado que se dedicam no desenvolvimento de suas atividades profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJ-MA.

Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, e inclusive realizou visitas institucionais ao presidente da Assembleia, o deputado Othelino Neto (PCdoB), e pediu agilidade aos parlamentares para a votação da pauta

## **Justiça concede habeas corpus a acusado da morte de Laura Marão**

A Justiça do Maranhão concedeu o habeas corpus a Carlos Diego Araújo Almeida, condenado a 11 anos e um mês de reclusão pela morte de Laura Burnett Marão e tentativa de homicídio de Felipe Burnett Marão, em um acidente de trânsito que ocorreu em abril de 2015, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, em São Luís.

Segundo a decisão do desembargador Vicente de Castro, o acusado deve comparecer ao fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau, a cada 30 dias, e não pode sair do estado por mais de 15 dias. Ele também está proibido de manter contato com testemunhas do caso.

Ainda de acordo com o decisão, a soltura foi concedida "por ele ser primário e possuir bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita".

No dia 14 de agosto, a 4ª Vara do Tribunal do Júri, em São Luís, condenou Carlos Araújo a 11 anos e um mês de reclusão pela morte da menina Laura Marão e por lesão corporal grave contra o irmão gêmeo dela. Na sentença, Justiça negou ao acusado o direito de recorrer da sentença em liberdade e decretou sua prisão, na forma de execução imediata da pena.